



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

## SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005316-40.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Água e/ou Esgoto**  
 Requerente: **Kelli Aparecida da Silva**  
 Requerido: **Serviço Autonomo de Agua Saae**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

### VISTOS.

Trata-se de Ação Ordinária com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por KELLI APARECIDA DA SILVA contra o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE, alegando, em síntese, que adquiriu, por meio de contrato de cessão de direitos, em 10 de agosto de 2002, o imóvel situado na Rua Antônio Busato Alabarca, nº 169, Cidade Aracy, de Wilson Rezende e sua esposa Cicera Henrique Pereira da Silva. Aduz que devido a dificuldades financeiras ficou em débito com a autarquia SAAE, realizando termo de reconhecimento e parcelamento de débito em execução fiscal, em 29/11/2011, lançado no carnê nº 6537/2011. Aduz que, mesmo tendo realizado o parcelamento, a requerida não requereu a suspensão do referido processo de execução fiscal, em trâmite nesta Vara da Fazenda Pública. Requereu a antecipação dos efeitos da tutela para que fosse determinado à autarquia que tomasse as providências necessárias, no sentido de suspender o processo de execução nº 6537/2011 e cancelar os débitos referidos na petição inicial. Por fim, requereu a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais.

Intimado a manifestar sobre o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, no prazo de 72 horas, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto sustentou que a autora, apesar de ter celebrado termo de parcelamento, não cumpriu com sua obrigação de realizar o pagamento dos valores até a data do vencimento, fato que acarretou o cancelamento do carnê em 08.04.2014, conforme previsão legal e expressa no termo por ela assinado. Argumentou que coloca aviso para instituições financeiras e casas lotéricas não receber após 90 dias de vencimento, entretanto, algumas casas lotéricas descumprem o contrato firmado e recebem os valores, sendo que nessa situação, como no caso em tela, faz a devolução dos valores pagos após a data de cancelamento do parcelamento nas contas subsequentes.

Foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 80/82).

O requerido apresentou contestação (fls. 91/100), reafirmando os termos de sua manifestação anterior, apenas acrescentando que não há qualquer irregularidade na cobrança, tendo prestado os serviços de maneira adequada e eficiente e que a autora não respeitou o princípio da boa-fé objetiva, não sendo o caso de inversão do ônus da prova.

Houve réplica (fls. 131/133).

### **É o relatório.**

### **Passo a fundamentar e decidir.**

O pedido não comporta acolhimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

O Termo de Reconhecimento e Parcelamento de Débito em Execução Fiscal juntado às fls. 23 prevê que "o não pagamento de quaisquer das parcelas indicadas, na data de seus respectivos vencimentos, implicará no vencimento antecipado de todo o débito e na cobrança judicial do valor total pelo SAAE (Lei Municipal 14.364/2007 artigo 6º e 8º)".

Pelo que se observa às fls. 30/31 as parcelas vencidas em 30/10/2013, 30/11/2013 e 30/12/2013 foram pagas em 02/04/2014, portanto em data posterior ao do vencimento, acarretando, desta forma, o vencimento antecipado de todo o débito e o cancelamento do carnê, nos termos ajustados para o parcelamento da dívida com a Autarquia SAAE.

Note-se, ademais, que a execução fiscal, cuja cópia do processo consta de fls. 12/23, foi ajuizada contra Wilson Resende da Silva e não contra a autora, não havendo comprovação de que ela tenha sido incluída no polo passivo.

Assim, sequer tem ela legitimidade para pleitear a suspensão do processo.

Ademais, as parcelas recebidas pela loteria em momento posterior ao cancelamento do carnê estão sendo devolvidas nas faturas mensais subsequentes (fls. 77/79).

Eventual continuidade do parcelamento deve ser pleiteada administrativamente, sendo que nesta ação não consta pedido de devolução integral do que foi pago.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno a autora a arcar com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 700,00 (setecentos reais) ficando suspensa a cobrança de tais verbas, por ser ela beneficiária da gratuidade da justiça.

P R I

São Carlos, 04 de dezembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**